

“FILHOS DO RIO”: MOCAMBEIROS DO RIO TROMBETAS¹

Emmanuel de Almeida Farias Júnior² - Bolsista CAPES, Mestrando do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas e Pesquisador do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia.

Resumo

O Rio Trombetas era tido como destino dos escravos que fugiam das fazendas de cacau e gado de Santarém e Óbidos constituindo os “mocambos”. Um dos principais refúgios devido às muitas cachoeiras, obstáculos para as expedições punitivas. Durante muito tempo e mesmo hoje, é tido como paragem de muitas “comunidades de pretos”. As histórias de vidas dos denominados “quilombolas” compõem as narrativas orais marcadas pelos relatos de conflitos e lutas. O Rio tem presença marcante, é palco das histórias de lutas, que o reivindicam como parte dos territórios, usurpados por projetos desenvolvimentistas e políticas ambientais. O Rio está presente no processo de construção da identidade quilombola, que reivindicam um pertencimento historicamente construído. Este trabalho analisa a relação conflituosa entre os “quilombolas” da Comunidade do Moura, e as políticas ambientais via a implantação de UCs.

Palavras-chave: Conflitos, Identidade Quilombola, Unidades de Conservação.

O contexto da pesquisa

Olha a força do nego chegou, no Trombetas e no Erepecuru/ Mas eu queria que essa força, fosse desde o tempo dos nossos avós/ Só que naquele tempo, nego não tinha valor/ Na eleição da constituinte o direito do negro se aprova (Força do Negro – Rafael Viana - Canto dos quilombolas do Vale do Trombetas-Pará)

A primeira versão deste texto foi apresentada como monografia de conclusão do curso de graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal do Amazonas em maio de 2006, sob a orientação do Prof. Raimundo Nonato P. da Silva. Para consolidar a pesquisa realizamos o trabalho de campo em duas etapas: a primeira no período de dezembro de 2004 a fevereiro de 2005 em Oriximiná, visando fazer os contatos preliminares com a organização quilombola, a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Município de Oriximiná (ARQMO) e definir a comunidade onde realizaria a pesquisa.

¹ Trabalho apresentado na **26ª. Reunião Brasileira de Antropologia**, realizada entre os dias 01 e 04 de junho de 2008, Porto Seguro, Bahia, Brasil, no GT 02 intitulado “Os quilombos para além dos laudos – conflitos, organização e políticas”.

² A participação na **26 Reunião Brasileira de Antropologia** contou com o auxílio do **PROGRAMA PAPE-FAPEAM/2008-PRIMEIRA CHAMADA**.

Nesta etapa da pesquisa conheci o Sr. Aurélio e outros quilombolas da Comunidade do Moura em Oriximiná, por ocasião de um conflito entre jovens da comunidade, e funcionários do IBAMA na Base de Fiscalização na “Boca do Erepecú” – Reserva Biológica do Rio Trombetas (doravante REBIO), unidade de conservação (doravante UCs) de proteção integral³, o que resultou na prisão de um rapaz. Passei a acompanhar o caso e fui convidado a ir com eles em uma audiência na Procuradoria do Ministério Público em Santarém. Durante a viagem explicitou-se a intenção da pesquisa, e acordamos que eu faria o trabalho na comunidade Quilombola de Moura.

Este evento constitui-se para nós em um problema. Neste sentido, a situação social delimitada para nossas análises e reflexões foi a relação conflituosa entre os quilombolas e os funcionários do IBAMA. Neste sentido Max Gluckman (1987), analisa a situação social através de um evento, “como um comportamento em algumas ocasiões, de indivíduos como membros de uma comunidade, analisado e comparado com seu comportamento em outras ocasiões”(GLUCKMAN, 1987, p.238). Podemos extrair do “evento” os elementos que se encontram ao redor e dentro da estrutura social.

Realizamos esta pesquisa na Comunidade Quilombola do Moura, que está localizada à margem direita do Rio Trombetas no Lago do Moura e tem sua área sobreposta à Floresta Nacional do Saracá-Taquera (doravante FLONA). À margem esquerda está a REBIO. A implantação de UCs tem gerado conflitos entre o IBAMA e as comunidades quilombolas da região, dentre elas a comunidade de Moura.

Durante esta etapa do trabalho de campo, não foi possível ir até a Comunidade Quilombola do Moura, pois estávamos no período de inverno e de safra da Castanha do Pará, por isso a maioria das pessoas da comunidade se encontravam nos castanhais de onde retornariam somente com esgotamento do prazo definido pelo gestores da REBIO, pois a localidade em que se situa a comunidade não tem grandes castanhais, e as áreas de castanhais tradicionalmente utilizadas pela comunidade encontram-se do outro lado do Rio Trombetas, onde em 1979 implantaram a REBIO.

Em Oriximiná, através do Sr. Aurélio foi possível conhecermos outras famílias quilombolas residentes na cidade, que devido às estratégias de deslocamento compulsório não resistiram às pressões que vêm sendo impostas desde o período de implantação das UCs. Foi

³ Cf. a Lei nº 9.985 que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação: **Unidade de Proteção Integral**: “preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais”, “é de posse e domínio público”. **Unidades de Uso Sustentável**: “é de posse e domínio públicos”, “é admitida a permanência de populações tradicionais que a habitam quando de sua criação, em conformidade com o disposto em regulamento e do Plano de Manejo da unidade”, nesta categoria consta a FLONA.

possível, assim, estabelecer uma rede de relações com moradores da Comunidade Quilombola do Moura e algumas famílias na cidade.

A segunda etapa consistiu em uma incursão na comunidade Moura, onde possuíamos a referência de pessoas, resultado do contato feito anteriormente. Chegando à Oriximiná, acordou-se a ida para a comunidade Moura, ficamos hospedados na casa do Sr. Aurélio durante os dias 19 a 22 de julho de 2005. Durante a permanência na comunidade quilombola de Moura, tivemos o apoio deste senhor e de sua família, desde o contato com as pessoas até a locomoção de canoa rabeta pela área. Durante a estada em campo, entrevistamos pessoas de Moura, e também o gestor (IBAMA) das UCs em Porto Trombetas.

Essas UCs vêm se configurando em um dos maiores entraves para titulação definitiva do “território quilombola”. Refletindo a partir das experiências de luta dos quilombolas de Moura e tendo em vista a relação conflituosa com o órgão gestor das UCs, nos propomos a analisar as seguintes questões: Em que medida a categoria étnica é acionada frente às tentativas do Estado de impor suas políticas ambientais?

O passado da escravidão – fuga para o alto dos rios

Uma revisão bibliográfica de relatos de viajantes e de fontes historiográficas referentes à escravidão africana registra na Amazônia uma “presença negra” dispersa. Isto se deve ao fato de terem fracassado na região amazônica, durante o período colonial, as iniciativas de constituição de *plantation*⁴, pois necessitavam de numerosa força de trabalho. Por isso, a não priorização no envio em massa da força de trabalho negra pelos administradores coloniais para a região amazônica.

Diferente das outras regiões da colônia, onde se desenvolveu largamente o sistema de *plantation*, como nas regiões canavieiras, cafeeiras, algodozeiras e também nas de mineração do ouro. Como analisou Vicente Salles (1971, p. 37) que na Amazônia a economia baseava-se na extração de drogas do sertão e alguns produtos naturais, no Baixo Amazonas a força de trabalho escrava foi prioritariamente utilizada nas fazendas de cacau e gado⁵.

Na passagem de Tavares Bastos, na segunda metade do Séc. XIX pelas Províncias do Pará e Alto Amazonas, ele nota que a força de trabalho escrava era utilizada em algumas povoações nos trabalhos de engenhos de açúcar e lavouras de gêneros alimentícios. Santarém

⁴ Com exceção do Maranhão que possuiu expressiva produção algodão durante certo tempo, até o declínio do preço do algodão, desestruturando o sistema escravocrata possibilitando no primeiro momento uma relativa autonomia produtiva dos escravos e posteriormente a autonomia plena, não só econômica mais social devido à retirada de cena dos fazendeiros em algumas regiões, com o aquilombamento da casa-grande pelos escravos, conforme analisado por Almeida (1989).

⁵ Escravos e cacaulistas figuram também o romance do obidense Inglês de Souza intitulado “O Coronel Sangrado – Cenas da Vida no Amazonas”.

e Óbidos, segundo Tavares Bastos (1975) seriam importantes povoações da Província do Pará, Santarém plantava e colhia cacau e tinha um grande rebanho de gado, além de possuir engenho de açúcar movido a vapor.

Um dado que consta na historiografia sobre a “presença negra” na região, aponta para a rota de fuga dos denominados “mocambeiros”⁶, ou seja, tratavam-se de escravos fugidos das fazendas de Santarém, Óbidos⁷ e até mesmo Belém, na busca pela liberdade ocuparam os rios Curuá, Trombetas, Cuminã e outros. Está presente nos depoimentos dos mais velhos as memórias sobre “o tempo das cachoeiras”⁸, o alto dos rios acima das cachoeiras constituía-se num lugar seguro, protegendo os denominados “mocambeiros” das expedições punitivas.

Os primeiros quilombos que se têm registro são os de Inferno e Cipotema, localizados nos rio Curuá, estes foram destruídos por uma expedição punitiva em 1812, outro quilombo que se tem informação é o de Trombetas⁹. Lúcia Andrade observa ainda que “em 1871, Derby registra a existência de quilombolas na região entre o lago do Arapicú – atualmente conhecido por Erepecú, na margem esquerda do rio Trombetas – e o trecho encachoeirado do rio” (ANDRADE, 1995). O lago descrito por Derby, é onde está localizada a Reserva Biológica do Rio Trombetas.

Conforme o historiador Arthur César Ferreira Reis (1979)¹⁰, contrariamente ao movimento de fuga dos mocambeiros, asseveravam-se as leis municipais temendo novas fugas. Conforme Tavares Bastos (1975), relataram a ele durante sua viagem, nas florestas no Rio Trombetas encontravam-se centenas de escravos fugidos, segundo o autor, “os mocambos do Trombetas são diversos; dizem que todos contêm, com os criminosos e desertores foragidos, mais de 2.000 almas” (BASTOS, 1975, p. 119), que mantinham intensas relações comerciais, clandestinamente no porto de Óbidos, à noite, ou mesmo fazem rotineiramente com regatões que subiam o rio.

As histórias contadas pelos mais velhos narram reinterpretações do passado de fugas em busca de liberdade no alto Rio Trombetas:

Eu nasci no Trombetas, naquele tempo não havia negócio de comunidade, todo mundo fazia casa onde queria, todo mundo andava onde queria. Aí, no começo foi minha avó, ele tava empregada em Santarém, lá o meu avô ando

⁶ Cf. Acevedo Marin e Castro (1998), a designação “mocambo” era utilizada no século XIX por agentes do governo e da força policial para classificar pejorativamente, como um lugar onde se reuniam criminosos, desertores e perseguidos pela sociedade escravista. Atualmente esta designação ganhou força política, sendo reinterpretada pelo movimento quilombola, como sinônimo de quilombo, a relacionando a luta pela titulação de seus territórios.

⁷ Cf. Sales (1971).

⁸ Cf. Acevedo Marin e Castro (1998)

⁹ Idem.

¹⁰ Cf. Ferreira Reis (1979), no Artigo 6º. do Código de Posturas, de 1832, da Vila de Óbidos, constava o seguinte: “Todo o escravo que for encontrado das oito horas da noite em diante sem cédula de seu senhor, contendo esta o nome do escravo dia, mês e ano será recolhido a prisão, e castigado á arbítrio de seu senhor”.

lá, se agradou dela, eles estavam falando de escravidão – ele contou pra ela: “olha, se tu casa comigo, eu te levo daqui, eu te tiro desse negocio” – então ela disse: “é, tu foge comigo?” – “eu fujo!” – e ela: “eu tô empregada aqui, como vai ser?” – e ele: “olha, tu faz a janta, tu bota a mesa pra eles, quando tu terminar, tu come” – lá era a casa-grande, cada qual tinha seu quarto, aí todo mundo se agasalho, o nome dela era Felicidade, e o nome dele era Afonsio – “onde nós vamos encontrar pra nós fugir?” – ela disse: “olha eu vou fazer uma que vou na privada, e vou levar a lamparina, aí eu deixo a lamparina dentro da privada e saio” – ele disse: “então eu vou te encontrar lá no canto” – assim ela fez, os brancos se agasalharam pros quartos deles – ele disse: “olha, tu assa um pedaço de pirarucu, mete numa sacola com um pouco de farinha, que nós vamo viaja longe, nós vamo amanhece muito longe” – aí ela foi pra essa privada, chego lá largo a lamparina, e foi embora, chego lá, o cabra tava lá no canto, pego ela e foram embora – ele disse: “olha, eu já fui na beira, já arranjei uma canoa e um remo, botei uns pau lá na canoa, pra botar tua saca” – aí ela foi embora, chegou na beira, embarcaram mais que ligeiro e saíram, vieram embora, subindo, de Santarém de remo, vieram de remo, vieram amanhecer muito em cima, quando clareou o dia ele meteu a canoa num igapó e saltaram pra terra, amarraram a canoa na beira, deitaram, lá ela arrependeu de ter ido – ele disse: “não senhora! Agora nós vamos, já temo aqui, como é agora?” – “ah! Eu quero voltar” – “não senhora! Porque se nós volta, nós vamos passa mau” – aí ela chorava – “num chora meu bem, vamos simhora, vamos viver lá pra cima, tu ainda quer ser escrava? Tu não tá ouvindo dizer que ainda vai haver escravidão? Olha, tu vai deitar no chão, os filhos deles vão te pisar, te cuspir e tu não diz nada, porque se tu falar, eles te bate” – aí ele foi consolando ela – “dorme já, vamos dormir” – quando foi quatro horas da madrugada, eles se levantaram, fizeram um foguinho, muito pouco, pra fazer um cafezinho, botar na garrafa, aí ele saiu na canoa, empurrou rumo pra baixo, nesse dia ele viajou de dia, aí foram embora, foram embora, esse homem remava, e levou essa mulher, quando anoiteceu ele encostava num igapó, metia a canoa no fundo ou então escondia no mato, amarrava a redinha na beira do cerro do igapó e durmia, quando era três horas da madrugada, eles alevantavam, faziam um cafezinho e iam embora, o pirarucu já estava asado na saca, pois bem, assim eles foram, assim eles foram até chegar lá em cima no trombetas, lá eles se achegaram, de noite, se agasalharam, ele botou os troço lá no meio do cerrado e meteu a canoa no fundo, amanheceu na casa deles, com um ano, a minha avó se engravidou desse meu avô, teve um filho, já se criou esse filho lá. Ah! Meu filho, lá naquele tempo não tinha esse negocio de dono, de nada, era viver aonde queria, é, aí minha avó teve essa menina, que era minha mãe, se chamava Maria Caetano, batizada em casa, aí a mamãe cresceu, cresceu, aí começou a ter filhos, a primeira foi eu... (D. Maria Pereira – 72 anos – Lago do Erepecú, entrevista cedida em Oriximiná, dia 02/02/2005)

Neste momento a liberdade estava rio acima, longe dos domínios de fazendeiros, cacaulistas e da força militar. O Rio Trombetas era o mais famoso destino dos mocambeiros nas constates fugas. Registrou-se também, a presença dos denominados “mocambeiros” no Rio Cuminã, afluente do Rio Trombetas. Durante uma expedição da Inspeção de Fronteira do Ministério da Guerra à fronteira com a Guiana Holandesa, realizada entre 1928/1929, comandada pelo General Rondon, notou Gastão Cruls que uma tripulação embarcada numa pequena canoa se escondera ao avistarem a expedição, segundo o autor, trata-se de “pretos

dos que habitam por aqui, remanescentes dos antigos mocambos e, até hoje, ainda desconfiados e temerosos” (CRULS, 1973, p. 7).

“Os filhos do rio” – o domínio dos quilombolas

Com o fim das perseguições pelas expedições punitivas e a abolição do sistema escravocrata, registrou-se um movimento inverso ao anterior, cujos denominados “mocambeiros” já vinham ensaiando, o qual foi à descida do alto dos rios, a “descida das cachoeiras” o que facilitava as relações comerciais entre outras, buscaram um porto seguro abaixo das cachoeiras. Atualmente, no município de Oriximiná, encontram-se associadas à ARQMO trinta e duas comunidades auto-definidas “remanescentes de quilombo”¹¹. Observa-se que a categoria “remanescente de quilombo” vem sendo ressignificada pelos movimentos quilombolas, de acordo com Alfredo W. Berno de Almeida (2002), não se tratam de sujeitos frigorificados, presos aos marcos definitórios estabelecidos pelos legisladores coloniais¹² e cristalizadas na historiografia oficial, ao contrário, tratam-se de situações sociais dinâmicas.

De acordo com os relatos de viajantes, documentos oficiais e bibliografias do período colonial, os mocambos de Oriximiná não eram formados exclusivamente por negros, estes ao fugir estabeleciam uma rede de relações que envolviam indígenas, que chegavam até mesmo ao rapto de mulheres. Gastão Cruls (1973) nos relatos de viagem anota que “existe Martinha, uma preta que já conviveu com os silvícolas do rio Cachorro e acompanhou a expedição Dinis, servindo-lhe de intérprete junto à tribo dos Pianocotos” (CRULS, 1973, p. 8)

Rio e floresta fazem parte do imaginário dos quilombolas da região e constituem elementos reivindicados no processo de mobilização política na construção de uma identidade étnica. Especificamente os do Rio Trombetas, que se refere este trabalho. Mas trata-se de um dos elementos e não se configura em um dado elementar, ou seja, primordial. Não se trata, neste sentido, de elementos auto-evidentes. É um exercício delicado por parte dos auto-definidos “remanescentes de quilombo”, costurando elementos do passado as suas reivindicações atuais.

Em Oriximiná é reconhecido o “domínio dos pretos” no Rio Trombetas, até mesmo por seus antagonistas, fazendeiros, ex-patrões e gestores das unidades de conservação. Rosa Acevedo Marin e Edna Castro (1998) referem-se à exclusividade negra dos quilombolas no

¹¹ Dados coletados na viagem a campo em julho de 2005, em entrevista com o Sr. Silvano (ARQMO), em Oriximiná.

¹² Cf. as definições do Conselho Ultramarino (1740), quilombo seria toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles.

rio o que constitui uma territorialidade negra, integrados a economia regional, ora como agricultores e/ou extrativistas, como bem mostra Tavares Bastos (1975)¹³.

Nas entrevistas realizadas no trabalho de campo na Comunidade do Moura, pode-se verificar dois termos utilizados para expressar os elementos que constituem a identidade quilombola, referem-se ao passado de escravidão e o seu oposto a busca da liberdade. “Tempo das candeias” e “filhos do rio”¹⁴, esses dois termos se opõem intrinsecamente. O primeiro representa a opressão do sistema escravocrata, o segundo é a ruptura com esse sistema. Ambos acionados frente a reivindicações quanto as suas “territorialidades específicas”¹⁵ como a relação conflituosa com o IBAMA, conforme se verifica:

[...] direito a gente tem, porque somos filhos aqui do rio, se é que o direito é dos negros, dos quilombolas, se é que tem esse direito, então isso aí é pra nós, que somos daqui, dos quilombos daqui da região [...]. (Sr. Aurélio Pereira de Jesus – 54 anos, entrevista cedida dia 19/07/05, na comunidade Quilombola de Moura)

Quem concordou com essa IBAMA ai foi a Mineração, porque eles apoiaram, tem até o escritório deles aí, então a Mineração e a IBAMA ficam prejudicando nós que nascemo e se criemo nesse rio, e esses uns que moram dentro da companhia tem facilidade de entrar, e nós eles não deixam entrar, que nascemo e se criemo nesse rio [...] Agora eles já tão demais, cada dia entra uma pessoa, um chefe, eles já querem fazer o que não podem fazer as pessoas que nasceram e se criaram nesse rio, eles sabem tudo onde é o Erepecú, eles são filho do rio. Eles entram de manchinho nesse rio, por que? Porque aqui nesse rio só tem gente manso, se não tivesse, não tinha esse flutuante ai, eu lhe garanto, eles já tinham tirado esse flutuante daí, já tinha acontecido umas coisas, tem uns que eles humilham, fazem tomar bença, fazem cuspir, agora não é pra todos, que eles fazem isso, que tem uns que são revoltados.[...] E tem pessoa que é revoltada, tem pessoa desses ribeirinho que num leva mais candeia na mão, tem uns que ainda levam, ainda tomam bença, tem uns que não levam disabafo pra casa, eles tão fazendo uma coisa muito irregular, se eles enxergarem uma canoa passando lá do outro lado do rio, as vez mete o motor em cima, as vez, aquela pessoa não tem nada. (D. Fátima Lopes, entrevista cedida dia 20/07/05, na Comunidade Quilombola do Moura)

A designação de “filhos do rio” trata-se de uma construção histórica de ocupação do Rio Trombetas, utilizada em reivindicações do presente que passam a constituir suas reivindicações frente às políticas ambientais do Governo brasileiro e aos projetos desenvolvimentistas implantados na região via Mineração Rio do Norte (doravante MRN)

¹³ Cf. Tavares Bastos (1975), os mocambeiros vendiam seus produtos agrícolas como o cacau, o fumo, tido como o de melhor qualidade, ou seus produtos resultantes das atividades extrativistas como a castanha, a salsaparrilha para regatões e as escondidas no porto de Óbidos.

¹⁴ Cf. Acevedo e Castro (1998) verifica-se esses termos em um espaço muito mais amplo do que a Comunidade do Moura, onde realizei a pesquisa.

¹⁵ Cf. Almeida (2006), as “territorialidades específicas” são utilizadas para designar delimitações físicas de determinadas unidades sociais que compõem os meandros de territórios etnicamente configurados [...] podem ser consideradas, portanto, como resultante de diferentes processos sociais de territorialização e como delimitando dinamicamente terras de pertencimento coletivo que convergem para um território”. (ALMEIDA, 2006, p. 25)

para a extração de bauxita. Ambos tem se impondo na região de forma autoritária e desagregadora dos modos de vida das comunidades quilombolas.

Atualmente, as pessoas de Moura sobrevivem basicamente da agricultura e da coleta de castanha, porém, têm pessoas que trabalham na MRN, outras prestam serviço através da COOPERBARCOS e da COOPERMOURA. Atividades como a pesca e a extração de madeira não são tidas como principal fonte de renda, pelo fato de necessitarem de um plano de manejo a ser aprovado pelo conselho consultivo da FLONA, ou seja, entraves burocráticos segundo os quilombolas. Observamos também na comunidade, a relação entre as modalidades de uso comum dos recursos e as formas privadas¹⁶.

A posse da terra é coletiva, onde os recursos naturais são de uso comum, o trabalho empreendido no manejo desses recursos é que é privado, da família, pois a unidade produtiva é a familiar. A terra a qual eles derrubaram, queimaram e roçam, é de domínio coletivo, e no momento que eles não demonstrarem mais interesse por ela, outra família poderá ocupá-la, para o desenvolvimento de uma outra atividade agrícola ou mesmo para moradia:

[...] meu pai pensou o que: “eu vou abrir um lugar lá no Erepecú”. Tinha aquela ilha, ele se apoderou daquela ilha, lá ele criou nós tudo. Ali não tinha esse negocio de dizer tem dono, era liberto esse mundo [...]. (D. Maria Pereira – 72 anos – Lago do Erepecú, entrevista cedida em Oriximiná, dia 02/02/2005)

É na área da REBIO que se encontram grande parte dos recursos naturais utilizados pelos quilombolas de Moura. Que reivindicam a utilização da área para a extração da palha de ubim que cobrem suas casas e suas casas de farinha, do breu utilizado na calafetagem de embarcações, o açaí, a copaíba, a andiroba, a caça e pesca de animais que integram a dieta da comunidade, havendo ainda dentro da REBIO, sítios antigos, como trilhas e cemitérios, onde, por exemplo, parentes de pessoas da comunidade de Moura estão enterrados.

O pessoal aqui dessa região, daqui da comunidade do Moura tudo tempo mais eles foram mantidos com os recursos lá da área da reserva, que agora é reserva, porque antes não era reserva[...] antes de existir o IBAMA e o povo sempre se manteu com esse recurso, porque aqui no Moura não tem palha de ubim, não tem castanhal, e muita coisa que o povo pode se manter, aqui nenca teve. Só libera pessoal pra isso, pra tirar castanha, somente pra isso. O povo pesca assim, por baixo dos panos, o povo pesca porque tem precisão, tem necessidade [...].(Sr. Aurélio Pereira de Jesus – 54 anos, entrevista cedida dia 19/07/05, na comunidade Quilombola de Moura)

¹⁶ Cf. Almeida (2006), “tais formas de uso comum designam situações nas quais o controle dos recursos básicos [...] se dá através de normas específicas, combinando uso comum de recursos e apropriação privada de bens, que são acatadas, de maneira consensual, nos meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares, que compõem uma unidade social”. (ALMEIDA, 2006, p. 23-24)

tem muita coisa que tem lá que nós não tem aqui no Moura, bem como, o castanhal, como a gente acabou de falar, todo ano a gente tem que tá lá no Erepecú tirando a castanha, as nossas casas aqui é coberto com palha, quando começa a ficar rasgada a nossa palha aqui, a gente tem que tá tirando autorização como o IBAMA pra ir buscar palha pra cobrir a nossa casa, e quando eles tão com a maresia boa deles lá, eles liberam pra gente, se não eles não liberam, não deixam a gente tirar, então a significancia pra nós disso, seria uma segurança pra nós do nosso dia-a-dia. (Sr. José Lopes – 42 Anos, Entrevista cedida dia 20/07/2005, na Comunidade Quilombola do Moura)

A coleta da castanha foi liberada dentro da REBIO, devido um acordo da Associação dos Remanescentes das Comunidades de Quilombo do Município de Oriximiná - ARQMO com a direção do IBAMA nacional¹⁷, apesar da flexibilidade para a coleta da castanha, os auto-definidos quilombolas ficam impedidos de entrar na reserva com seus instrumentos de caça e de pesca, dificultando ainda mais a vida no castanhal. Pois a pessoa deve levar de fora a alimentação, fazendo com que elas se endividem com a compra de mantimentos para suprir as suas necessidades durante a coleta.

Diante de toda a luta dos quilombolas quanto à manutenção da utilização dos recursos naturais, conseguiu-se a negociação em relação à coleta de castanha, o órgão gestor cria então mecanismos de controle dos quilombolas, o controle é feito através das listas elaboradas pelo IBAMA, num sistema de punição e recompensa, por exemplo, caso a pessoa cometa alguma “infração” – quer dizer, caso os que forem de fora da REBIO, forem pegos pescando, caçando, coletando, extraindo qualquer tipo de óleo, ou cortando ubim – serão penalizados, e estarão proibidos de entrar na REBIO¹⁸, durante a safra da castanha, único período que é permitido a entrada de pessoas de outras comunidades, caso não tenham cometido nenhuma “infração”, não terão problemas durante a safra.

A lista é por conta das associações e comunidades, nesse ponto o IBAMA não interfere, ele só vai interferir no segundo passo quando ele vai avaliar quais as pessoas que realmente moram lá dentro ou pessoas que moram nas comunidades, porque daí a gente tem nosso banco de dados que a gente fez, que a gente acompanhou, tá desde 2002 montando esse banco de dados, aprimorando, então a gente sabe quem é quem, mora aonde, a gente tem o ponto¹⁹ da casa do camarada, a maneira de vida dele, se ele é um coletor tradicional, se ele não é coletor tradicional de castanha, se ele é quilombola, se ele é ribeirinho, a gente tem essas informações, então, quando a lista chega pra nós, a gente tem condições de fazer uma filtragem. (Sr. Carlos Augusto de Alencar Pinheiro – Chefe das Unidades Floresta

¹⁷ Dados coletados na viagem a campo em julho de 2005, em conversa com o Sr. Silvano (ARQMO), em Oriximiná.

¹⁸ Caso os quilombolas queiram entrar na REBIO, a fim de ver um parente, como mãe ou irmãos, eles têm que tirar no posto do IBAMA em Porto Trombetas, uma autorização especial.

¹⁹ Ponto de GPS (Sistema de Posicionamento Global).

Políticas ambientais versus territórios quilombolas

Com a criação dessas UCs, gerou-se um problema para as comunidades quilombolas do Rio Trombetas, que habitam essa região anteriormente à criação dessas “áreas protegidas”. E ambas (FLONA e REBIO) ao seu modo, interferem na vida e nas relações sócio-econômicas das comunidades.

Para João Pacheco de Oliveira (1999), o “processo de territorialização” é deflagrado por instâncias políticas. Compreendemos que, no caso dos negros de Oriximiná, houve quatro agentes que atuaram no “processo de territorialização” dos quilombolas. O primeiro foi o colonizador, trazendo-o para o trabalho escravo nas fazendas de cacau e gado; o segundo foram os grileiros, na figura do “patrão”. Primeiro se apossando dos castanhais, fazendo com que os quilombolas trabalhassem para eles e, posteriormente para fazendas extraindo madeira; o terceiro, foram os projetos empreendedorista e desenvolvimentistas como a atuação da Eletronorte e a atuação do capital multinacional com a MRN; e o quarto, foi o Estado, com a implantação de políticas preservacionistas.

Na defesa, contra o processo de expropriação de seu território, os quilombolas de Oriximiná, começaram a se organizar, mobilizados para fazer frente à MRN e as UCs, e foi com a ajuda da Igreja Católica, através dos Missionários do Verbo Divino, que se deu em dois períodos, de 1980 a 1988 e de 1988 a 1998, época em que o movimento foi se organizando. Segundo José Cortes dos Reis Antunes (s/d), os verbitas também trabalharam para a valorização da cultura negra, reconstrução da dignidade de pessoas e auto-estima dos negros de Oriximiná²⁰.

Em junho de 1988, realiza-se em Alenquer o primeiro encontro de Raízes Negras, na comunidade quilombola de Pacoval, Alenquer, Baixo Amazonas, o qual teve como tema: “Do entrelaçar de nossas diferentes raízes, brota o rebento da esperança”, neste encontro “relembaram as histórias das lutas dos escravos fugidos, reencontraram parentes, descobriram primos e celebraram a sua cultura”²¹. O 2º Encontro de Raízes Negras no Baixo Amazonas é significativo para o movimento quilombola de Oriximiná, pois, foi nesse encontro realizado na comunidade quilombola de Jauarí, nos dias 30 de junho a 02 de julho de

²⁰ Cf. REIS ANTUNES, J. C. dos. “A missão nos quilombos de Oriximiná”. (texto sem data e sem local de publicação)

²¹ ENCONTRO RAÍZES NEGRAS DO BAIXO AMAZONAS, 8º, 1999, Santarém. Da Mãe-África à Mãe-Amazônia: nossa terra, nossa gente, nossa luta. Santarém.

1989, com o tema: “Família, trabalho e cidadania”, que foi fundada a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Município de Oriximiná (ARQMO)²².

Organizados através de uma “identidade política”, eles se identificam e são identificados como “remanescentes de quilombo”, que além de uma categoria jurídica, é um instrumento político, que orienta a ação política. Articulam esta identidade na reivindicação de seus direitos, sendo o seu território tradicional, o ponto central do discurso, como analisa Acevedo e Castro (1998), os “negros do Trombetas”, tiveram que “recriar formas de rebeldia e estratégias de luta”, a fim de manter seu território e frear o processo de invasão de suas terras, segundo as autoras os agentes externos que atuam, ou atuaram na área, são: JARI, PETROBRAS, Andrade Gutierrez, Mineração Rio do Norte, IBDF/IBAMA, BEC, ENGERIO e ALCOA.

Em Oriximiná, no Rio Trombetas, são doze comunidades quilombolas²³ que tem suas áreas sobrepostas pelas UCs. A comunidade do Moura é uma dessas, sendo escolhida para a realização do trabalho de campo e o centro das reflexões e análises, justamente por estar no centro desses “conflitos sócio-ambientais” referentes aos denominados “povos e comunidades tradicionais” atingidos por UCs, ou seja, com as suas terras invadidas pela FLONA e proibidos de exercer atividades tradicionais, essenciais para a sua sobrevivência na área invadida pela REBIO. Como explicita um quilombola:

[...] da vez que eles me tomaram peixe – “tu tá pescando dentro da reserva”- eu disse: “to!”- “tu não sabe que é proibido pescar dentro da reserva? só fora da reserva”- eu disse: “e qual o lugar aqui que não é reserva? aqui é reserva biológica, ali é floresta nacional, que eu não posso tocar numa árvore de madeira pra fazer uma casa, que vocês estão em cima, saber pra que eu quero e pra onde eu vou!”. (Sr. José Lopes – 42 anos, entrevista cedida dia 20/07/2005, na Comunidade Quilombola do Moura)

A Comunidade Quilombola do Moura, por ter sua área sobreposta pela FLONA, tem dificultado a titulação de suas terras, pois o processo de titulação de “territórios quilombolas” com áreas sobrepostas por UCs, não é simples, tendo que haver num primeiro momento, a garantia da posse da terra para os quilombolas, pois já existe o título da UCs, sendo preciso para titular esta “terra quilombola” a anulação do título ou a redefinição dos limites da UCs pelo Congresso Nacional e pela Câmara Federal²⁴.

²² Idem.

²³ Dados coletados na viagem a campo em julho de 2005, em entrevista com o Sr. Silvano (ARQMO), em Oriximiná.

²⁴ Cf. Deborah Macedo Duprat de Brito Pereira (2001).

Segundo Ramachandra Guha (2000), os cinco grupo mais interessados na conservação são: os moradores de cidades e turistas; os governos; as ONG's; os funcionários dos parques e biólogos, como podemos ver então, são políticas decididas longe do conhecimento dos povos tradicionais.

Os quilombolas vêm reivindicando as áreas de uso coletivo das comunidades, que com a criação das UC's, ficaram proibidos de exercerem as suas formas tradicionais de uso dos recursos, impedidos de pescar e caçar. Aonde os agentes fiscalizadores do IBAMA vêm exercendo o papel de polícia na repressão aos quilombolas.

Essa proibição sempre foi motivo para “desobediência civil”, para os quilombolas tanto de Moura, quanto das outras comunidades, onde a busca da sobrevivência passou a ser ilegal, com punição prevista em lei e ainda perdas financeiras e patrimoniais, como a apreensão de motores rabeta, malhadeiras e canoas. Eles utilizam a área mesmo correndo o risco de serem pegos pelos fiscais do IBAMA.

Desde a criação da REBIO do Rio Trombetas, vários foram os conflitos, chegando ao seu ponto mais crítico quando um agente do IBAMA assassinou um quilombola em outubro 1994, criando um ressentimento profundo por parte dos quilombolas da comunidade aos agentes do IBAMA. Nesses momentos críticos do conflito é que podemos perceber com mais intensidade a unidade do grupo em torno da identidade étnica, acionando os seus elementos constitutivos como a reivindicação de suas ancestralidade, a posse histórica do rio e as formas tradicionais de uso dos recursos.

Ao examinarmos a perspectiva de “Grupos étnicos e suas fronteiras”, conforme define Barth (2000), no qual devemos priorizar na análise dos grupos étnicos, as fronteiras, rompendo com o determinismo biológico, cultural ou geográfico. E o que vai determinar a identidade étnica de uma pessoa, é a auto-atribuição e a atribuição por outros. Sendo assim, será a fronteira étnica que definirá o grupo, fortalecido por suas relações sociais. “As fronteiras sobre as quais devemos concentrar nossa atenção são evidentemente fronteiras sociais, ainda que possam ter contrapartida territorial.” (BARTH, 2000, p. 34) Deve-se então, fazer um esforço para tentar entender a identidade através das relações entre os grupos sociais. Neste sentido, é que tentamos entender o conflito entre os quilombolas e o IBAMA, onde os negros e negras afirmam a sua identidade de quilombolas frente às políticas preservacionistas do Estado.

Denis Cuche (1999) vai destacar a noção de identidade como diferente de cultura, pois, “a cultura pode existir sem a consciência de identidade, ao passo que as estratégias de

identidade podem manipular e até modificar uma cultura [...]” (CUCHE, 1999, p. 176). Conforme o autor, a identidade remete a uma norma de vinculação, a qual, os sujeitos estão conscientes, colocando de lados opostos os grupos em contato. A identidade é neste sentido uma construção social, que está presente no interior dos contextos sociais, como determinantes da posição dos agentes, orientando suas representações e suas escolhas. No caso dos quilombolas de Moura, o processo histórico de ocupação é um ponto central dessa identidade. Deve-se considerar que “a identidade se constrói e se reconstrói constantemente, no interior das trocas sociais. Esta concepção dinâmica se opõe àquela que vê a identidade como um atributo original e permanente” (ibid.: 183).

Por fim, a identidade étnica quilombola passou a ser acionada para fazer frente às pressões sofridas por esses sujeitos sociais, exercidas por fazendeiros, madeireiras, mineradoras e pelo próprio Estado, quando este se apropria das terras dos quilombolas via UCs. Conforme observa José M. Andion Arruti (1997) esses sujeitos sociais, têm se constituído em “novos sujeitos políticos, novas unidades de ação social, através de uma maximização da alteridade” (ARRUTI, 1997, p.19).

A identidade étnica é utilizada como um instrumento de luta política pelos quilombolas, na defesa de direitos²⁵ quanto as suas “territorialidades específicas” construída historicamente.

²⁵ Cf. Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal do Brasil de 1988 que garante o seguinte: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo ao Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (CF/88).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACEVEDO**, Rosa; **CASTRO**, Edna. Negros do Trombetas: guardiões de matas e rios – 2.ed. Belém: Cejup/UFPA-NAEA, 1998.
- ALMEIDA**, Alfredo W. Berno de. “Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito”. Belém, Cadernos do NAEA, n. 10, p.163-96, abril/jun, 1989.
- _____. “Os quilombos e as Novas Etnias.” In: Quilombos: Identidade Étnica e Territorialidade. Elaine Cantarino O’dwyer (org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- _____. Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2006.
- ANDRADE**, Lúcia M. M. de – “Os quilombos da Bacia do Rio Trombetas: Breve Histórico.” In. Revista de Antropologia, Departamento de Antropologia, Faculdade de filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, volume 38 n 01, São Paulo, 1995: pp. 79-99.
- ANTUNES**, José Cortes dos Reis. A missão nos quilombos de Oriximiná. (sem local e data de publicação)
- ARRUTI**, J. M. A. “A Emergência dos ‘Remanescentes’: notas para o dialogo entre indígenas e quilombolas.” In: Mana, 3 (2), 1997: pp. 7-32.
- BARTH**, Friedrik – “Os Grupos Étnicos e Suas Fronteiras”, in: Lask Tomke 2000 (org.). O Guru, O Iniciador e Outras variações Antropológicas. Rio de janeiro: Contra Capa, 2000.
- BASTOS**, Aureliano Cândido Tavares. O vale do Amazonas: a livre navegação do Amazonas, estatísticas, produção, comércio, questões fiscais do vale do Amazonas – 3 ed. – São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1975.
- BRASIL**. Lei nº 9.985, de 18 de Julho de 2000. In: Legislação Ambiental Brasileira – VEMAQA 6ª Ed. Manaus-AM: Editora Gráfica Ziló, 2005, p. 133-153.
- CRULS**, Gastão. A Amazônia que eu vi: Obidos – Tumucumaque – 5 ed. – Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora; Brasília: INL, 1973.
- CUCHE**, Denys. “A noção de cultura nas Ciências Sociais”. Bauru: EDUSC, 1999
- ENCONTRO RAÍZES NEGRAS DO BAIXO AMAZONAS, 8º**, 1999, Santarém. Da Mãe-África à Mãe-Amazônia: nossa terra, nossa gente, nossa luta. Santarém.
- FARIAS JÚNIOR**, Emmanuel de A. “A comunidade quilombola do Moura e o processo de territorialização na Amazônia”. Manaus: DCiS-UFAM, 2006. (monografia de conclusão de curso)
- GLUCKMAN**, Max. “Análise de uma situação social na Zululândia moderna”. In: Antropologia das sociedades contemporâneas – métodos. São Paulo: Global, 1987, p. 227-344.

GUHA, R. “O Biólogo Autoritário e a Arrogância do Anti-humanismo.” In: Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. Antônio Carlos Diegues (org.). São Paulo: ANNABLUME EDITORA, 2000: pp. 81-99.

OLIVEIRA, João Pacheco de. “Uma etnologia dos “índios misturados”: situação colonial, territorialização e fluxos culturais”. In: A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural do Nordeste indígena. João P. de Oliveira (org.). Rio de Janeiro: Editora Contra Capa Livraria, 1999.

PEREIRA, Deborah Macedo Duprat de Brito e **GODOY**, Luciano de Souza. “Os fundamentos Jurídicos da Titulação das Terras de Quilombo”. In: **OLIVEIRA**, Leinad Ayer (org.). “Quilombo: a hora e a vez dos sobreviventes”. São Paulo: CPI-SP, 2001.

REIS, Arthur César Ferreira. História de Óbidos – 2ª. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL; Belém: Governo do Estado do Pará, 1979.

SALLES, Vicente. O negro no Pará. Sob o regime da escravidão. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; Serv. De publicações [e] Universidade Federal do Pará, 1971.